

## NOTA DO CONSELHO DA SOCIEDADE BRASIELIRA DE FÍSICA (SBF)

O conselho da SBF reunido em 25 de novembro de 2016, depois de analisar o preocupante quadro político-institucional brasileiro após o impedimento da Presidente Dilma Rousseff pelo Congresso Nacional, considera seu dever como órgão máximo da SBF, manifestar-se publicamente contrário aos pontos a seguir, expondo os motivos.

- o programa denominado “Uma Ponte para o Futuro”, que o governo pretende impor ao país, não foi discutido pela sociedade ou passou pela devida participação democrática para sua aprovação;

- a PEC 241, agora PEC 55, em trâmite no Senado Federal, não permitirá que a sociedade brasileira discuta seus rumos a cada mandato presidencial, pois define gastos para 20 (vinte) anos, o que compreende cinco mandatos sem autonomia para discutir-se projetos de desenvolvimento para o Brasil. Na prática, ao congelar despesas com educação, saúde e infra-estrutura tal emenda, além de ferir disposições constitucionais, colocará em risco o futuro do ensino superior e da pesquisa na universidade pública bem como direitos fundamentais de grande parte da população brasileira;

- a política econômica em curso se demonstra um equívoco, visão reiterada por acadêmicos independentes e reconhecidos mundialmente, devendo-se lembrar que tal política econômica foi derrotada nas urnas nas ultimas quatro eleições presidenciais. As medidas econômicas propaladas como medidas de austeridade, onde foram implantadas levaram à contenção de investimentos e ao aumento da vulnerabilidade social, sendo conhecidas como grandes desastres.

- na educação, a reforma do ensino médio não foi discutida pelos maiores envolvidos no processo educadores e estudantes, sendo proposta de forma açodada por Medida Provisória (MP 746). Tal reforma não reflete a visão de especialistas da área cuja compreensão é que ele representa um retrocesso e não atenderá às necessidades de um país que pretende minimamente moderno, com inclusão social e democrático, colocando-o ainda mais distante de países com indicadores de desempenho de sucesso em termos de educação.

- o conjunto de medidas adotadas – a extinção de Ministério da Ciência, Tecnologia e inovação (MCTI), o rebaixamento de agências financiadoras de pesquisa como CNPq, FINEP, AEB e CNEN ao quarto nível hierárquico do ministério, a extinção da SECIS (Secretaria de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social), o rebaixamento do DPDI (Departamento de Popularização e Difusão da Ciência e Tecnologia) passando-o à categoria de coordenação – representa um retrocesso que mostra um total descaso e menosprezo ao desenvolvimento científico e tecnológico, comparável apenas ao que vemos nos países mais pobres do mundo. O que se vê, em pleno Século XXI, é a deliberada construção da dependência brasileira em relação ao conhecimento criado em outros países reafirmando a condição do Brasil como um país subdesenvolvido e incapaz e produzir conhecimento de ponta.

Ao apresentar sua posição com relação a estes pontos o Conselho da SBF entende colocar a Sociedade Brasileira de Física como uma instituição responsável pelo futuro do país e reitera a importância e competência de seus associados para enfrentar este debate e momento político trazendo soluções e alternativas para um projeto de desenvolvimento nacional inclusivo, democrático e inovador considerando o papel decisivo de Estado como instituição vinculada à garantia dos direitos fundamentais.

São Paulo, 25 de novembro de 2016